

PORTO & MAR

Novas tarifas só começam a valer em abril

Decisão judicial adia reajuste de 13,19% na utilização de infraestrutura aquaviária; objetivo é garantir isonomia para os armadores

DA REDAÇÃO

Após uma decisão judicial, as novas tarifas de utilização de infraestrutura aquaviária do Porto de Santos passarão a valer apenas em 1º de abril. O adiamento do reajuste em quase dois meses tem como objetivo garantir isonomia a todos os armadores que utilizam o cais santista.

Em janeiro, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou a nova estrutura tarifária do Porto de Santos, que representa um reajuste de 13,19%. Segundo a San-

tos Port Authority (SPA), o aumento corrige parcialmente a defasagem na tabela, que vem desde 2019 (22,72%).

Porém, as empresas associadas ao Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave) recorreram à Justiça para barrar a nova política tarifária. E garantiram decisão favorável em uma ação que tramita na 2ª Vara Federal de Santos. A Justiça determinou que o reajuste passasse a valer apenas em abril e não em fevereiro, como havia sido definido pela Autoridade Portuária.

Diante disso, a SPA foi obrigada a adiar, de 9 de fevereiro para 1º de abril, a aplicação das novas tarifas da Tabela 1 aos associados do Centronave. O problema é que o cumprimento da decisão judicial poderia causar diferenças de tratamento entre os usuários do Porto.

Por isso, na resolução que adia o aumento, o diretor-presidente da SPA, Fernando Biral, considera “que a isonomia na cobrança tarifária é premissa central da nova estrutura tarifária aprovada pela Antaq, e que os efeitos da medida judi-

cial beneficiam exclusivamente as empresas de navegação associadas ao Centronave, contribuindo para a continuidade do cenário de subsídios cruzados entre cargas”.

A Tabela 1 se refere às taxas cobradas pelo uso de infraestrutura de acesso aquaviário, ou seja, o tráfego no canal de navegação do cais santista. As outras tabelas de tarifas do Porto de Santos são remunerações referentes à utilização da infraestrutura terrestre e demais serviços prestados pela Autoridade Portuária.

NOVIDADE

Em nota, a SPA destaca que a nova estrutura tarifária adota o porte da embarcação (medido em tonelagem de porte bruto - TPB) como métrica de cobrança pelo uso da infraestrutura aquaviária, em substituição ao modelo anterior, baseado na quantidade de carga movimentada na operação.

Para a Autoridade Portuária, isso corrige “defasagens históricas existentes nas antigas tabelas tarifárias”. Ainda de acordo com a estatal, a suspensão da nova estru-

tura “foi necessária pelo potencial prejuízo à saúde financeira da SPA”.

Segundo a estatal, “o reajuste é exatamente o necessário para que, nos próximos 36 meses, o total de receitas tarifárias e patrimoniais do Porto de Santos seja equivalente ao total de custeio mais investimentos para expansão e modernização da infraestrutura comum”.

Procurado, o Centronave não respondeu aos questionamentos da reportagem até o fechamento desta edição.

OPINIÕES

O programa Porto 360° - Entrevista debateu, ontem, se a proposta de desestatização do Porto de Santos apresentada pela União é a mais adequada. Cinco integrantes do time de colunistas de A Tribuna analisaram o cenário e responderam se este é o modelo ideal.



“Temos uma preocupação muito grande com a gestão do complexo portuário. Este é um modelo possível e brasileiro. No Brasil, temos uma regulação federal forte”

Fernando Biral
Diretor-presidente da SPA



“A relação do privado com o público é muito subjetiva na documentação apresentada, uma caixa de surpresa. Espero que o processo seja bem feito, sem pressa”

Angelino Caputo
Diretor-executivo da Abtra



“No Brasil, não temos autoridade portuária local e o modelo apresentado não tem parâmetro mundial. O ideal seria esperar Vitória (ES)”

Sergio Aquino
Presidente da Fenop



“O modelo é possível, mas não perfeito. A regulação é o grande ponto de atenção. Ela tem de ser sobre o novo concessionário. Não pode haver abuso de preços”

Caio Morel
Diretor-executivo da Abratec



“É um modelo possível, mas precisamos avaliar a documentação apresentada. Contudo, acho pouco provável que a desestatização do Porto saia esse ano”

Jesualdo Silva
Presidente da ABTP



PORTO360°

Quer assistir ao programa na íntegra? Aponte a câmera do seu celular ao QR Code abaixo e confira. A apresentação é de Maxwell Rodrigues.

